



PROJETO DE LEI Nº 036/2022

**ESTABELECE REGRAS DE CONVIVÊNCIA
PARA O BAIRRO GUARAREMA -
ALEGRE/ES, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas as regras de convivência para o bairro Guararema nos termos desta Lei.

Art. 2º - Os estabelecimentos de bar, lancheria, restaurantes e similares deverão, após as 22h (vinte e duas horas), restringir a atividade ao consumo em área interna. E após às 23 horas, cessar totalmente o seu funcionamento.

§1º - A atividade a que se refere o caput deste artigo é aquela prevista na legislação vigente aplicada à atividade econômica de cada estabelecimento.

Art. 3º - A presente restrição será pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da publicação desta Lei, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4º - Os estabelecimentos forma individual ou de forma coletiva, deverão manter programa permanente de boas práticas, buscando criar uma cultura de convívio harmonioso e a redução dos impactos de poluição sonora e atmosférica.

Art. 5º - Fica vedada, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da publicação desta lei, podendo ser prorrogada por igual período, a atividade de ambulante no bairro Guararema, no horário compreendido das 22 h (vinte e duas horas) até as 7h (sete horas) do dia seguinte, exceto quando autorizado para evento específico.

Art. 6º - Fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento, em via pública, que produza, reproduza ou amplifique o som, no período das 22h (vinte e duas horas) às 7h (sete horas) do dia seguinte.

Art. 7º - Fica proibida a venda por meio de disk-gelada, de bebidas alcoólicas e alimentos a transeuntes que estejam ocupando a via pública no bairro Guararema.



Art. 8º - Fica proibida a utilização, em veículos de qualquer espécie e em qualquer horário, de equipamento que produza ou reproduza som audível pelo lado externo, independentemente do volume ou frequência, que perturbe o sossego público nas vias terrestres abertas à circulação.

Art. 9º - A pessoa física ou jurídica que infringir quaisquer dispositivos desta Lei, e demais normas dela decorrentes fica sujeita às penalidades independentemente da obrigação de cessar a infração e de outras sanções cíveis e penais.

I- Multa - 25 URFMA

II- Interdição parcial ou total do estabelecimento ou das atividades poluidora;

III- Apreensão dos instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração.

IV- Intervenção em estabelecimento;

V- Cassação de alvará de funcionamento do estabelecimento.

VI- Restritivas de direito.

§1º - Se o infrator cometer simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas cumulativamente, as sanções a elas cominadas e previstas na Legislação Municipal existente (Política do Meio Ambiente, Código de Postura e Código Tributário);

§2º - A multa será aplicada sempre que o infrator, por negligência ou dolo;

I - Praticar a infração e deixar de cumprir as exigências técnicas no prazo estabelecido pelo órgão fiscalizador;

II- Opuser embaraço a ação fiscalizadora;

§3º - A apreensão referida no inciso III do caput obedecerá ao disposto em Termo de Parceria a ser firmado com a Polícia Militar.

§4º - A intervenção ocorrerá sempre que o estabelecimento estiver funcionando sem a devida autorização ou em desacordo com a autorização concedida.

§5º - As sanções restritivas de direito são:

I – Suspensão da licença ou autorização;

II- Cancelamento da licença ou autorização;

III- Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

IV- Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 10 - Os valores arrecadados em razão da aplicação de multas por infrações ao disposto nesta Lei serão revertidos ao Fundo Municipal do Meio Ambiente.



PREFEITURA DE
ALEGRE
www.alegre.es.gov.br



SEAD
Secretaria Executiva de Administração



Art. 11 - Ficam suspensas temporariamente as licenças de funcionamento em horários especiais aos estabelecimentos comerciais a que se refere os incisos VI e XIII do art. 175 da Lei Municipal nº 2.608/2003 e localizados no bairro Guararema.

Art. 12 - Durante a vigência desta Lei fica revogado o horário especial estabelecido na Lei Municipal nº 3.650/2021 nos estabelecimentos do bairro Guararema.

Art. 13 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Alegre - ES, 29 de agosto de 2022.


NEMROD EMERICK
Prefeito Municipal